

mistérios de paris

max stirner *

Os *Mistérios* fizeram sensação no mundo e as imitações já se avolumam apressadas. Pretende-se conhecer o fundo escondido, as “últimas camadas” da sociedade, e com um olhar curioso esquadrinha-se os recantos sombrios e horríveis. Mas com que olhos se penetra nesses lugares? Com os de uma moralidade segura de si ou os de uma virtude fremente de horror. “Que abismo de perdição, que abominação, que profundeza de vício! Oh, meu Deus, como é possível que semelhante infâmia ocorra no teu mundo?” Imediatamente o amor cristão desperta, armando-me para todas as suas obras de comiseração e de ajuda ativa. “Há aí uma necessidade de saúde, é preciso trabalhar contra a malignidade de Satã; Oh, decerto há aí muito que salvar, e mais de uma alma será ganha para o reino do bem!”

* Século XIX, autor de um único livro e alguns escritos esparsos anarquizantes. *Textos dispersos*. Lisboa, Via Editora, 1979. Publicado originalmente em 1844, na *Gazeta Mensal de Berlim*, de Ludwig Buhl. Tradução para o português de J. Bragança de Miranda.

E eis que as idéias se acotovelam, que se examinam toda a espécie de meios e de métodos para remediar o mal, para obstar à infinidade da corrupção. Não se limitam a propor prisões com celas separadas, nem montepios para trabalhadores desempregados, nem instituições para jovens arrependidas que deram um mau passo ou quaisquer outros projetos, procura-se passar de imediato à execução. As sociedades de beneficência vão tomar uma extensão que nunca ousariam esperar; nem os sacrifícios, nem a caridade deixarão sentir a sua ausência. Eugène Sue faz de Rodolphe, grão-duque de Gerolstein, o modelo luminoso dessa moral pelo próximo que, visivelmente, vai ganhando amplitude.

Que mal se pretende suprimir, afinal? O vício, esse gozo do pecado! As raízes do vício deverão ser extirpadas por meio de úteis reformas. Pretende-se arrancar-lhe as almas que seduziu, levando-as ao empenho total da sua consciência na moralidade. E quem se apresentará para realizar esta obra excelsa, arrebatando ao pecado as suas vítimas e servidores? Ninguém, a não ser os que amam a virtude e vêem na existência virtuosa a autêntica vocação do homem!

Desta forma, os virtuosos pretendem trazer para o bom caminho os sustentáculos do vício, os servidores do reino do bem querem destruir o reino do mal.

Será que não concordareis todos em dizer que não pode existir nada maior nem mais nobre que a glorificação do bem? E não tereis mais nada para lamentar ou censurar além dos vossos demasiado freqüentes desvios e pecados? Alguma vez ocorreu ao espírito de um de vós perguntar se valerá verdadeiramente a pena o esforço pelo bem, se na verdade o homem deverá tentar realizá-lo na sua vida? Acerca disto tendes tão pou-

cas dúvidas que os sustentáculos do vício e os ímpios não conseguem opor-vos uma objeção fundamental, por mínimo que seja o pecado cometido por eles contra os vossos princípios.

Vós, que pretendeis converter e emendar os pecadores, estais vós próprios fechados a qualquer conversão e emenda. Recusais-vos absolutamente a inquirir se o Bem não será uma ilusão vazia, e mesmo quando sois obrigados a confessar, à maneira dos filósofos que nunca passam de “amigos da sabedoria”, que jamais o alcançareis, perseverais em pensar que é preciso tornar os pecadores capazes do bem, levando-os a “agirem bem”. Vós, que pretendeis desviar os pecadores do prazer que eles extraem do mal, não poderíeis igualmente afastar-vos do prazer que extraís do bem? Não pergunteis o que é o bem, mas sim se ele tem qualquer existência ou, se tiverdes absolutamente de saber o que ele é, perguntai-vos primeiro se não será um produto da vossa imaginação.

São estas as vossas provas admiráveis: “A mentira é má, mas a sinceridade é boa, a impenitência é má, mas a contrição e o arrependimento são bons, a impureza é pecado, mas castidade é virtude, etc...”. Todavia, seria suficiente que désseis o exemplo!

Penetremos nos *Mistérios* e assistamos às folias do vício e da virtude nesse romance. Não direi nada sobre a intriga nem do desenrolar da narrativa porque supinho que todos o leram. Também está inteiramente fora da minha intenção falar-vos acerca do pretensão valor artístico do livro. Que o assim chamado malabarista faça as habilidades mais siderantes, ou que um prestidigitador as execute da forma mais surpreendente, isso não obstará a que se diga que são sortes de malabarista ou de prestidigitação, embora excelentes à sua

maneira, mas falar-se-á disso sem qualquer consideração particular. Assim, não pretendo examinar de perto a arte consumada do nosso compositor em descrever os contrastes e os tipos sociais, se bem que só com muita dificuldade ele tenha conseguido satisfazer completamente os mais sutis amantes da arte. No referente à descrição, considerada em si mesma, não lhe concedo suficiente importância para que o talento que manifesta possa me tornar cego perante a ausência de uma penetração suficientemente profunda e vigorosa que revelasse a essência da sociedade. Também Goerres expendeu muito talento ao obstinar-se numa idéia tola, mas isso não impedirá que as suas criancices o conduzam, puxado pela trela, para a morte, tal como sucede a tantos outros.

Se bem que o Grão-duque de Gerolstein não possa ser considerado o herói do romance, isso não significa que o seu papel se reduza a colocar em movimento toda a maquinaria: ele representa igualmente a elevação de visão e pensamento a que o romancista se exalta. Todavia, essa elevação não é outra senão a idéia de moralidade e cada um dos pensamentos e ações é medido de uma vez por todas pela mesma régua, a moralidade.

Temos, portanto, diante de nós uma obra literária que, inteiramente concebida do ponto de vista da moralidade, vai-nos mostrar a espécie de homens que são formados por este ponto de vista e tudo aquilo que, de modo geral, se manifesta à luz do dia, devido ao poder deste princípio.

Tendo ofendido o direito sagrado de seu pai e senhor, contra quem levantou a espada num momento de furor amoroso, Rodolphe (o Grão-duque), impulsionado pelo mais profundo arrependimento, toma a re-

solução de se penitenciar, mas só o podendo fazer, segundo as suas palavras, “pela prática do bem, até ao limite das suas forças”. Esse desígnio levou-o a Paris, onde freqüenta as espeluncas da pobreza e do crime a fim de minorar os sofrimentos, enternecer os corações endurecidos ou, através de um ajuizamento implacável, precipitá-los no desespero, mas prestando socorro sempre que possível. Graças aos meios principescos de que dispõe, é fácil para ele remediar muitas misérias físicas. Assim, a família Morcel, entre outras, é sua devedora da felicidade. Mas acima da destruição dos sofrimentos físicos o que mais o vangloria é a dissipação dos perigos morais, e foi um esforço nesse sentido que o levou a encontrar a heroína propriamente dita do romance.

Flor de Maria, ou como preferimos chamá-la, Maria, filha do primeiro amor de Rodolphe, cuja existência este ignora, acha-se prisioneira, presa nas garras da horrível “Chouette”. Através de várias circunstâncias trágicas, a vemos tornar-se uma moça na flor da idade que acabará finalmente, pressionada pela pobreza e aliciada por alcoviteiras, por transformar-se em prostituta. Poupada ainda do prazer que este gênero de vida comporta, ela está desonrada, mas não é a ela que se deve essa desonra, pois não se entregou cegamente, nem é escrava do desejo, cujos primeiros efeitos seriam os únicos que poderiam conferir um verdadeiro fundamento ao seu estado. É então que Rodolphe a encontra e aquilo que o vício não conseguiu fazer, será doravante a virtude que tentará fazê-lo, esforçando-se por tornar virtuosa a pobre criança ameaçada de cair prisioneira do mal. Rodolphe usa de todas as promessas e seduções que lhe permitem esperar conseguir corromper a imaginação facilmente impressionável da moça. Ela que no seio da vida sombria do vício

não tinha sucumbido, não resistirá às promessas lisonjeadoras da virtude e sucumbirá. Todavia, a profundidade da queda não importaria se depois ela se levantasse. Mas como poderia um E. Sue, autor da burguesia virtuosa e moral, deixar-lhe uma oportunidade para se levantar? Não está ela salva precisamente por se ter refugiado no regaço da moralidade, a única fonte de beatitude? Talvez se pretenda que ela se eleve até à piedade, mas isso já se realizou plenamente, pois a verdadeira moralidade e a verdadeira piedade não se deixam nunca distinguir inteiramente. É que mesmo os adeptos da moral que negam a existência do Deus pessoal conservam no bem, na verdade e na virtude, o seu Deus e a sua Deusa.

Todavia, não é minha intenção dizer que Maria, após ter caído, deveria se elevar para a piedade, mas sim que se existisse algo de valor superior à moralidade e à piedade, o nosso autor não o poderia saber, porque isto reside fora do campo de seu pensamento e também as suas personagens não o saberiam, já que as melhores dentre elas não poderiam ir além do seu criador. Maria, trazida por Rodolphe para o serviço da moralidade, manter-se-á fiel e obediente a esse serviço, como uma serva submissa e dócil, e seja qual for a história de sua vida futura, esta registrará apenas os abanões do destino que submeterá a fiel serva ao serviço estrito da sua divindade.

Escapando às garras da horrível Chouette que só podia corromper o seu corpo, Maria cai nas mãos do Padre que corromperá a sua alma delicada por intermédio dessa doutrina piedosa que exige que a sua vida seja, doravante, uma vida de penitência, se quiser obter de Deus o perdão futuro. É isto que vai decidir todo o seu futuro. Esse verme que o padre introduziu no seu coração irá roê-la sempre e cada vez mais, até a

obrigar à renúncia, a apartar-se do mundo e que finalmente devorará e reduzirá à poeira esse coração submetido a Deus. E, todavia, esta doutrina piedosa do padre é a verdadeira doutrina da moralidade, diante da qual todas as objeções “racionais” de Rodolphe acabarão por ter de se calar.

É que Rodolphe entregara-se à doce esperança de saborear na corte de Gerolstein, juntamente com Maria, a sua encantadora filha, as delícias de uma vida íntima de família e as alegrias de um pai que em cada novo dia pode cumular com novas dádivas de amor a sua filha, essa modesta e virtuosa princesa que todos veneram e adoram, indenizando-a principescamente por todas as torturas que ela teve de suportar durante a sua existência abandonada. Doravante, todo o prazer do mundo, como só uma grande corte ducal pode oferecer, deverá ser-lhe acessível.

Mas a que preço deverá Maria comprar o prazer do mundo? Só se reconheceria o valor do seu comportamento atual se qualquer pessoa pudesse conhecer a sua conduta anterior. Sucede, porém, que se chegasse a ser conhecida, não haveria esplendor principesco que pudesse proteger a pobre princesa dos olhares envenenados ou dos encolhimentos de ombros desdenhosos dos implacáveis adoradores da pureza dos costumes. Rodolphe sabe-o perfeitamente e assim não tem o menor escrúpulo em enganar todos os que o rodeiam, acerca dos anos de juventude de Maria. Que homem racional agiria de modo diferente? Sobretudo nada de excessos, mesmo na moralidade! Esta é bem a linguagem do moralista liberal.

Mas Maria, sacerdotisa pura do princípio moral, a partir do momento que penetrou no mundo da moralidade, poderia rejeitar a penitência, em vez de

suportar com contrição as conseqüências de sua falta? Poderia, porventura, imiscuir-se neste mundo através do engano, tendo o desejo de aparecer mais pura do que é? “Enganar, enganar sempre, exclama ela desesperada, recear sempre, mentir sempre, sempre a tremer diante do olhar daquele que amamos e estimamos, tal como o criminoso que treme diante do olhar implacável do juiz”! Maria, a serva do altar da moralidade, poderia mentir?

A mentira é um pecado que nenhum ser moral poderá perdoar. Desde que se queira, a necessidade tudo desculpa, mas a mentira piedosa não deixa de ser uma mentira. Aquele que perante certas tentações se deixa arrastar pela mentira, poderia servir a verdade contra todas as tentações? Nenhum professor de moral poderá justificar a mentira e se apesar de tudo os virtuosos mentem tanto, isso prova somente que o princípio da moralidade, ou do bem, é demasiado fraco para orientar a vida real. É que nela o homem é inconscientemente conduzido a atos que ridicularizam esse débil princípio e que poderiam encorajá-lo a libertar-se da sua tutela. Porém, não há outra forma de se libertar de uma ilusão que não seja a sua superação teórica.

Uma vez ganha para o culto do bem, Maria tem um espírito demasiado delicado para ser uma exceção à regra. É impossível para ela mentir. Mas que aconteceria se lhe fosse igualmente impossível comunicar ao mundo, a esse “juiz implacável”, a falta que cometeu? Ela poderia confessá-la, mas então seria “condenada”. O mundo da moralidade não se poderia manter se não tivesse “bens”, e a virtude é um desses bens cuja perda não se desculpa a uma mulher. Se depois ela demonstrar uma atitude casta e plena de constância, isso permitirá que a ferida primitivamente feita à honra cicatrize, mas em nenhum instante apagará a marca

aviltante dessa cicatriz. O mundo que acredita na moralidade e nos seus bens não pode esquecer. Para ele, esses bens têm valor e se bem que possa entender-se com eles como quiser, não poderá reprimir o sentimento de uma falta e de um erro logo que um deles, a que na sua ilusão aderiu, acaba de ser corrompido. Uma mulher que perdeu a sua virtude, que viveu entre o “rebotalho da sociedade”, que “perdeu a sua dignidade”, será para todo o sempre olhada de revés. Porque está “manchada, empeçonhada, atingida pela torpidez”: ela está “desonrada”. E em paga de desonra que ela atraiu sobre si, o mundo exige como penitência que suporte uma vergonha sem fim, uma vergonha cuja consciência ele se esforçará por manter acesa na penitente.

Talvez se pense que isto não passa de uma forma de exaltação e de falsa vergonha que qualquer homem de sã sensibilidade poderia superar. Todavia, deveremos perguntar-nos o que é que no juízo moral do mundo tem valor, se é o homem enquanto tal ou se são os seus bens. Há uma íntima conexão no fato de ser precisamente a época do liberalismo e da burguesia que tenta celebrar a moralidade: um banqueiro e um moralista julgam o homem desde um único e mesmo ponto de vista, não segundo o que ele é em si mesmo, mas segundo aquilo que os seus bens fazem dele. “Tem dinheiro?”, é uma pergunta que vai ao lado da seguinte: “tem virtude?”. O banqueiro não se ocupa do desprovido, “tem vergonha” da nudez. Aquele que não possuir as virtudes de um honrado burguês não deverá aproximar-se demasiadamente dele. Tanto um como outro se prendem à medida dos bens e a falta de um bem é e permanece um defeito. Da mesma maneira que um cavalo que tem todas as qualidades de um excelente cavalo mas cuja pelagem é defeituosa trará

sempre em si a marca de uma falta, também uma mulher que não conservou imaculada a sua pureza, conservará durante todo o tempo de sua vida o sinal de uma mancha. E isso com razão, pois lhe falta um dos bens mais importantes que honram a sua moralidade. Maria tornou-se pura, mas isso não impedirá que nem sempre o tenha sido.

A inocência é de uma essência tão delicada que nunca deverá ser aflorada; uma vez atingida, desaparecerá para sempre. A inocência é de tal modo uma idéia fixa que tornará Morel louco e Maria devota. E terá de ser assim. Se a distância entre a réproba e a pura, entre o homem de bons costumes e o homem de maus costumes está fixada de uma vez por todas, então Maria não faz mais do que exprimir com suavidade, do mais profundo de si mesma, sem rodeios, o sentimento dessa oposição irreduzível. Ela está “profanada”.

Afinal, que poderá provar a objeção segundo a qual já não se é, desde há muito, tão esmiuçador e que, em comparação com as épocas anteriores, se gosta de mostrar acerca deste ponto uma grande indulgência? Para começar, seria fácil combater em bloco esta afirmação pois se é verdade que já não se prescreve a pena canônica, os nossos juízos morais são de longe mais severos do que na época do Antigo Regime; aliás, sabe-se que em todos os tempos a grande massa teve calosidades em mais de um lugar da pele, conseguindo assim mostrar-se insensível perante as circunstâncias rigorosas dos seus artigos de fé. Mas um ser da maior delicadeza de sentimentos, do maior rigor de pensamento, como é Maria, deveria só por isso enfraquecer, imitando o ramerame dos homens vulgares?

Antes pelo contrário, devemos reconhecer que, para ela, que se sentia pressionada a dar a mais completa

satisfação às exigências da moralidade, apartar-se do mundo era inevitável. De fato, ela não poderia enganar o mundo sem agir contra a moral e se não quisesse, em vez de prazer, partilhar o desprezo e o escárnio dos homens, então não deveria fazer confissões. Toda a alegria que lhe era oferecida estava imediatamente empeçonhada pelo agulhão da vergonha. É sob o império desse sentimento que quando o seu pai mostrou intenção de se abrir acerca dos seus projetos com o Príncipe Henri, o noivo de Maria, ela exclama: “Vós quereis que eu morra ao ver-me tão rebaixada diante dos seus olhos”. Ela já nada tinha a esperar do mundo: perante a mera presença deste, ela teria de suportar as censuras da sua própria consciência ou então se deixar perseguir pelo rancor e a lembrança que este lhe faria da sua falta — o mundo e ela seguiam caminhos divergentes.

Mas por que razão vai se refugiar em Deus? Porque o mundo, tal como ela, não pode redimi-la do seu pecado. Só Deus pode perdoar-lhe. Os homens devem ater-se ao código do bem e no reino deste são apenas súditos: só Deus é o rei absoluto a que o próprio bem está submetido e quando pretende conceder a sua graça Ele não a obtém do bem, limitando-se a consultar a sua vontade infinita. Que significa então o abandono de Maria ao seu Senhor? Nada mais, digamo-lo outra vez, que o sentimento de que já não se poderia fazer justiça segundo as regras da moralidade, precisando de outra medida e de um outro juízo. O fato dela procurar obter de Deus a sua absolvição, por intermédio de uma vida de arrependimento, é também obra do padre devoto que não podia nem seguramente deveria, dizer-lhe: aquele que se prende está preso, e aquele que se absolve, está absolvido. Aquilo que por si própria não conseguia realizar, ela procura obter algures:

agindo de outra forma teria faltado à moralidade e à piedade.

Como é que a jovem, prisioneira da moral, perdoaria a si mesma, primeiro a sua impureza, e depois, a própria mentira? Para isso a moralidade não basta, e se Maria tivesse conseguido fazê-lo toda a bela construção de E. Sue se desmoronaria num nada ridículo, o Bem deixaria de ser a mais alta instância e o homem teria sido elevado acima da moralidade e do pecado.

Todo o choque resulta do fato de um par de personagens próximas se defrontarem, ambas limitadas pela ilusão do bem e do mal. O mundo julga que isto é permitido porque está bem; que aquilo, mentir por exemplo, é interdito porque está mal. Maria, trazida por Rodolphe para a virtude, pensa da mesma maneira.

Se o autor não aplicasse em Maria a regra da virtude e da moralidade, se pelo contrário a medisse por si mesma, em conformidade com a sua própria medida, e só se procederia inteligentemente se não se quisesse julgar um leão segundo uma qualidade humana, a nobreza, mas antes em conformidade com a sua natureza animal de leão, poderia muito bem surgir um resultado estranho pelo apercebimento de que Maria se tornou uma jovem miserável e perdida desde o momento em que descobriu a virtude e se consagrou ao seu serviço, enquanto que, na época infame de sua vida, ela era uma criatura sã, livre, cheia de esperança. Nunca poderia ser satisfatória a explicação que assevera, por exemplo, que o arrependimento, companheiro inseparável da virtude, tornou infeliz a pobre jovem, fazendo-a perder o seu caráter alegre. Demonstrar-se-á maior perspicácia dizendo que inevitavelmente se tornaria uma escrava oprimida desde que penetrou no mundo da moralidade para ficar, então, submetida aos

seus deveres. Mal o anjo exterminador da conversão se apoderou dela, foi o fim dessa delicada jovem. Sob a pressão das circunstâncias em que o seu destino a tinha lançado, o espírito aberto e judicioso desta baiadeira teve força o bastante para reunir o violento fogo da cólera que precisava para arrostar o peso maciço de uma sociedade coagulada e libertar-se do seu estado de aviltamento. Que importava a perda da pureza a uma jovem que tinha suficiente coragem e inteligência para se vingar de um mundo culpável por essa perda e por todas as perdas?

Mas um E. Sue não conhece outra felicidade que não seja a das pessoas honradas, nem outra grandeza para além da moralidade, nem outro valor humano que não seja o de uma existência virtuosa e a submissão a Deus. Era preciso que um ser humano, que poderia tornar-se uma criatura livre, fosse seduzido pelo serviço da virtude, era preciso que um coração ainda intacto fosse empeçonhado e corrompido pela ilusão dos “homens bons”. É bem um autor capaz de mostrar de que modo a sua heroína, apesar de fazer a sua vida na efervescência dos vícios mais repugnantes, obrigada a entregar o seu corpo como presa, na flor da idade, não se torna, contrariamente a Chouette e ao Mestre escola, ou mesmo às suas companheiras de idade, uma serva do vício, permanecendo antes livre como uma atéia que apenas à força obedece aos usos da Igreja: não será legítimo pensar-se que também deveria ser capaz de se manter acima da influência da virtude? Mas não, o poeta sem energia que sonha com o ideal “da boa burguesia e do verdadeiro Estado”, faz dela, em lugar de um caráter com têmpera, uma alma sentimental facilmente enganada pela ilusão do “bem”, faz justamente da mesma jovem que se afirmara contra o

vício, uma criatura fraca, débil que se abandona de corpo e alma à virtude que a subjuga.

No romance não se encontrará um único personagem a que se possa dar o nome de criador de si mesmo, de homem que, sem maior contemplação com as suas pulsões que com os impulsos que lhe advenham de uma crença (crença na virtude, na moralidade, etc., ou crença no vício), fizesse a si mesmo, exaurindo do fundo de si todo o seu poderio criador.

De fato, uns obedecem cegamente aos impulsos do coração, da sua disposição, do seu natural. É o caso de Rigolette: ela é apenas aquilo que é um coração satisfeito e uma mediocridade feliz, e sendo apenas aquilo que é, ela continuará sempre um ser incapaz de evoluir, exatamente como os seus canários. Estes têm de suportar todos os abanões do destino, pois lhes é impossível qualquer mudança. O pequeno Boiteux mostra-nos o inverso de Rigolette, é uma criança diabólica que só se deixa determinar pelo prazer de se regozijar com o mal, prazer esse que, naturalmente, aumenta com a idade nos seres perniciosos, até que o cadafalso lhes corta o pio. Desta maneira, ele acabará no calabouço e a Rigolette numa respeitável tumba, após terem vivido existências desprovidas de história, tanto uma como a outra. Os diversos impulsos que exercem seu domínio sobre um indivíduo durante toda uma vida não apresentam nenhuma diferença essencial (para um será a avareza, para outro, a tagarelice fútil, etc....).

Quanto à segunda espécie de homens sem liberdade e incapazes de evoluir, aqueles que, na realidade, dependem menos dos impulsos naturais e em maior grau de uma crença, de uma idéia fixa, E. Sue que, sendo também ele um servidor entre servidores, os conhece perfeitamente, utilizou para os descrever uma

precisão quase patológica, particularmente na descrição dos zelosos adeptos da virtude. Na primeira fila encontra-se o fervoroso da virtude, o Grão-duque, membro da grande ordem dos “Benfeitores da Humanidade Sofredora” e que ostenta as suas insígnias não no peito, mas no coração. Rodolphe, esse “irmão da caridade”, doce e severo, feito para “rodear os homens com os seus cuidados”, pretende melhorar o estado físico e moral dos infelizes que apodrecem na cloaca do pecado, recompensando-os. Mas aos perdidos sem remissão, ele quer torná-los inofensivos, castigando-os através de torturas morais. Fortalecido por essa intenção chega a Paris, acabando por partir sem ter-se curado do seu delírio e após ter introduzido a sua filha no templo da virtude, retirando-lhe a última possibilidade de se tornar um ser autônomo. E quando a virtude tiver feito essa jovem perder definitivamente o entendimento e a vida, os olhos do irmão caridade hão de abrir-se, finalmente, mas não para desvelar o ídolo a cujo serviço sacrificou a infeliz, mas para se abismar perante a “justiça insondável de Deus” que vinga, hoje, a paternidade outrora lesada na sua honra, tirando a filha de seu pai. Este defensor da virtude e da religião é de uma inteligência tão imbecil que apenas vê um decreto de cólera divina naquilo que é a execução consequente do princípio por ele professado, quando afinal não pode deixar de reconhecê-lo e admirá-lo no comportamento de sua filha. Maria responde plenamente às exigências da moralidade e da religião; o seu próprio pai terá de confessar que “a sua infeliz criança, em tudo o que respeita à delicadeza de coração e à honra, é dotada de uma lógica tão implacável que nada lhe pode censurar” e que ele “renuncia a persuadi-la já que todas as razões são vãs diante de tão invencível convicção que tem a sua origem nos sentimentos nobres e sublimes”, chegando a confessar que no lugar

de Maria também ele teria agido “tão dignamente e tão corajosamente”. E o que vê ele, então, nessa moralidade inflexível e perfeita de sua filha? Um “castigo” de Deus que concedeu à sua filha essa “sublimidade” para a sua própria “correção”!!! Na verdade não se pode descrever com mais atrocidade nem com mais irrisão o covarde justo meio-termo da nossa época liberal do que aquilo que aqui foi feito, involuntariamente, por um adepto sentimental desse justo meio-termo. O bom príncipe, durante a sua peregrinação “nada aprendeu, nem nada esqueceu”. Sendo um homem incapaz de evolução ou de criação de si, ele limita-se a suportar os duros decretos da sorte que o serviço da virtude prepara aos seus fiéis. Ele tem somente experiências de ordem teológica, mas nenhuma de ordem humana. Ou será que alguma vez submeteu à crítica o senhor que serve, ou ocorreu-lhe ao espírito, porventura uma vez, interrogar bem a fundo as idéias de moralidade, de religiosidade, de honra, etc...? Diante delas, como se estivesse diante de limites infranqueáveis, o seu entendimento cola-se a qualquer outra elevação, qualquer autonomia e libertação fora das mãos desse senhor absoluto tornam-se impossíveis para esse príncipe sentencioso. Ele é tão desprovido de espírito no seu juízo sobre os homens, quão penetrante se mostrará enquanto servo da moral, sendo nisso a fiel reprodução do ser reles autor que faz oferendas à virtude.

Eis agora a Mãe Martial, prisioneira de uma crença oposta, a que se entrega com fanatismo. Também o crime tem, e deverá ter, os seus fanáticos que nele crêem e pretendem honrá-lo — a mãe Martial é uma heroína do vício. Ela vive e mata pelo seu ideal, o crime; da mesma maneira que os fiéis da virtude, ela é a fiel do vício devido à sua idéia fixa, sendo incapaz de qual-

quer evolução e criação de si. Impotente para se desfazer dela, perecerá com esse pathos. Também para ela é válida a fórmula: “esta é a minha posição, não posso alterá-la em nada”. Congelada e envelhecida na sua crença, tal como os outros crentes, ela acha-se completamente incapacitada para a crítica, única saída, que, para além de todo o delírio, eleva-se até a inatingível santidade; todas as razões que poderiam livrá-la do delírio servem, pelo contrário, como acontece com todos os dementes, para reforçá-lo. Ela não consegue efetuar outras experiências que não sejam os abalos do destino que o seu delírio, que é onde a sua vida se desenrola e procura realizar-se, faz recair sobre ela. Tal como os que estão nos seus antípodas só efetuam experiências santas e morais, ela passa apenas por experiências imorais e ímpias.

No espírito de Rodolphe vemos a crença na virtude tornada firme intenção. A mãe Martial representa a firme intenção do vício. Que juízo horrível e rigoroso ela pronuncia contra o seu filho, “perdido” por não querer saber da intenção sem compromisso do vício. Ela administra a sua vida, como uma mulher de princípios, da mesma forma que outros, chefes de família, repletos pelo princípio do bem exercem uma dominação agreste sobre os seus e que, à maneira de Brutus, aniquilam dentro de si qualquer sentimento paternal. A majestade da virtude é na sua essência diferente da majestade do vício? E o rígido estatuto de um é mais suportável que o outro? Por intermédio do seu romance anterior “Atar Gull”, E. Sue teria podido descobrir que o sentimento da vingança e do direito são idênticos, que o bem e o mal se confundem e que o mouro negro só pertence ao diabo pela sua negritude, enquanto o parisiense branco, a que concedeu o prêmio da virtude, só pertence a Deus graças à sua brancura sem-

pre inalterável. Contudo, é tão impossível melhorar o nosso autor como as suas figuras romanescas que, desde que se convertem, tornam-se necessariamente mais dignas de dó e mais subjugasdas que antes.

Como já vimos os personagens principais, e alguns outros, todos eles indivíduos submetidos e subjugasdos, dominados pelos seus instintos e pelas suas crenças, para os quais toda a criação de si e toda a autonomia se tornaram impossíveis, não precisaremos fazer alusão particular às personagens secundárias. É evidente que o autor criou somente seres restritos aos quais um natural ossificado no estado grosseiro ou uma educação contra natura, os desejos ou os dogmas, preparam este ou aquele destino. É verdade que isso é o que se passa no mundo, e E. Sue limitou-se a demonstrar que embora saiba atrair as boas graças deste, não é capaz de soerguê-lo dos seus eixos, nem de libertá-lo.

O êxito retumbante dos *Mistérios* nada tem de espantoso. O mundo da moralidade acolhe dentro de si o mais aprimorado produto do espírito filisteu, a fiel reprodução da sua própria filantropia, o eco completo das queixas que dele se elevam, a mesma tentativa de reformar situações que têm tão pouco que reformar como a situação turca. Mahmoud II não era o único reformador bem intencionado e inútil da nossa época. Apoiado em grandes esperanças todo o liberalismo — e hoje não há ninguém que não seja liberal, esteja alto ou baixamente colocado — reedita o brilho de uma situação tal qual turca. “A nossa época está doente”, diz com um olhar contristado um amigo para o amigo, e imediatamente ambos decidem plantar árvores a fim de encontrar, entre a bela vegetação do campo, o “remédio bom”.

Amigos, a nossa época não está doente, acontece que já viveu tudo; não a torturem também tentando curá-la, apressem a sua última hora abreviando-a, e como não é possível curá-la, deixem-na morrer.

“Que fraco de carências, de enfermidades!”, sois vós próprios que o confessais e se tendes ainda alguma dúvida abri então os *Mistérios* e vereis toda a miséria das vossas enfermidades. Experimentai “reformular, então, esta situação à turca”. Pensais dar-lhe remédio, mas entretanto acabais por desagregá-la. Ela já não tem nenhuma necessidade, tal como um velho enquanto velho não tem necessidades. É certo que ele se vê abandonado pela sua exuberância juvenil. Mas justamente não seria velho se ainda a detivesse, e se o que pretendesse remediar fosse este “defeito” da velhice seria um reformador bem intencionado, à maneira de Mahmoud II e dos nossos liberais. O velho vai à frente da sua decomposição e sois vós que quereis rejuvenescê-lo, fortalecer o seu esqueleto vacilante! A nossa época não está doente, nem pede para ser curada, ela está velha e a sua hora já soou. Mas eis que ocorrem milhares de E. Sue trazendo como oferendas uma medicina de charlatão.

Concluindo, deveremos gastar mais alguma palavra acerca dos excelentes preparativos do príncipe da Ordem dos Benfeitores e sobre os projetos filantrópicos do romancista? Todos eles procuram abalar os homens através de recompensas e de punições até que faça da virtude a sua soberana! Elaboram-se propostas sem conta para melhorar o Estado, tal como antes da Reforma se fazia para melhorar a Igreja: procura-se melhorar onde já não há nada para melhorar.